

1 - De acordo com o Art. 23 do Decreto nº 60.393, de 22 de julho de 2021 e o Título de Nomeação 26 - Item 11 publicada no D.O.C. de 01 de Fevereiro de 2022, homologo a(s) Certidão(ões) de Tempo de Contribuição n°(s) **1069 e 1070/ IPREM/2022** emitida(s) em **29/06/2022**, requerida(s) com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008, publicada no DOU de 16 de maio de 2008.

2 - Publique-se.
3 - A seguir, encaminhar à **SME/DRE-SA/DIAF/BENEFÍCIOS** para os procedimentos complementares e entrega ao ex servidor(a).

CGP/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS RECEITAS
Processo SEI nº 6016.2022/0058975-2 - PMSP.
INT.: ELISABETH ROSE PRADO BERTOIGNA - RF(s) n°(s) 537.851.6-01 e 537.851.6-02
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - HOMOLOGAÇÃO

1 - De acordo com o Art. 23 do Decreto nº 60.393, de 22 de julho de 2021 e o Título de Nomeação 26 - Item 11 publicada no D.O.C. de 01 de Fevereiro de 2022, homologo a(s) Certidão(ões) de Tempo de Contribuição n°(s) **1097 e 1098/ IPREM/2022** emitida(s) em **30/06/2022**, requerida(s) com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008, publicada no DOU de 16 de maio de 2008.

2 - Publique-se.
3 - A seguir, encaminhar à **SME/DRE-IP/DIAF/BENEFÍCIOS** para os procedimentos complementares e entrega ao ex servidor(a).

CGP/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS RECEITAS
Processo SEI nº 6016.2022/0034611-6 - PMSP.
INT.: CLAUDIA EGASHIRA MORETTI - RF(s) n°(s) 627.900.7-01 e 627.900.7-02

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - HOMOLOGAÇÃO

1 - De acordo com o Art. 23 do Decreto nº 60.393, de 22 de julho de 2021 e o Título de Nomeação 26 - Item 11 publicada no D.O.C. de 01 de Fevereiro de 2022, homologo a(s) Certidão(ões) de Tempo de Contribuição n°(s) **499 e 1066/IPREM/2022** emitida(s) em **04/04/2022 e 29/06/2022**, requerida(s) com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008, publicada no DOU de 16 de maio de 2008.

2 - Publique-se.
3 - A seguir, encaminhar à **SME/DRE-IP/DIAF/BENEFÍCIOS** para os procedimentos complementares e entrega ao ex servidor(a).

CGP/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS RECEITAS
Processo SEI nº 6016.2022/0064909-7 - PMSP.
INT.: MARLI REGINA DO PRADO - RF(s) n°(s) 783.639.2-01
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - HOMOLOGAÇÃO

1 - De acordo com o Art. 23 do Decreto nº 60.393, de 22 de julho de 2021 e o Título de Nomeação 26 - Item 11 publicada no D.O.C. de 01 de Fevereiro de 2022, homologo a(s) Certidão(ões) de Tempo de Contribuição n°(s) **1107/ IPREM/2022** emitida(s) em **30/06/2022**, requerida(s) com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008, publicada no DOU de 16 de maio de 2008.

2 - Publique-se.
3 - A seguir, encaminhar à **SME/DRE-IQ/DIAF/BENEFÍCIOS** para os procedimentos complementares e entrega ao ex servidor(a).

CGP/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS RECEITAS
Processo SEI nº 6016.2022/0062543-0 - PMSP.
INT.: RODRIGA SANTOS MEIRA FERREIRA - RF(s) n°(s) 602.280.4-01

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - HOMOLOGAÇÃO

1 - De acordo com o Art. 23 do Decreto nº 60.393, de 22 de julho de 2021 e o Título de Nomeação 26 - Item 11 publicada no D.O.C. de 01 de Fevereiro de 2022, homologo a(s) Certidão(ões) de Tempo de Contribuição n°(s) **1033/ IPREM/2022** emitida(s) em **29/06/2022**, requerida(s) com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008, publicada no DOU de 16 de maio de 2008.

2 - Publique-se.
3 - A seguir, encaminhar à **SME/DRE-FB/DIAF/BENEFÍCIOS** para os procedimentos complementares e entrega ao ex servidor(a).

CGP/DEPARTAMENTO DE GESTÃO DAS RECEITAS
Processo SEI nº 6018.2022/0016438-8 - PMSP.
INT.: SONIA POVOA MIRANDA DA SILVA - RF(s) n°(s) 641.562.8-01

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - HOMOLOGAÇÃO

1 - De acordo com o Art. 23 do Decreto nº 60.393, de 22 de julho de 2021 e o Título de Nomeação 26 - Item 11 publicada no D.O.C. de 01 de Fevereiro de 2022, homologo a(s) Certidão(ões) de Tempo de Contribuição n°(s) **1076/ IPREM/2022** emitida(s) em **29/06/2022**, requerida(s) com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008, publicada no DOU de 16 de maio de 2008.

2 - Publique-se.
3 - A seguir, encaminhar à **SMS/DAP/AP** para os procedimentos complementares e entrega ao ex servidor(a).

Processos da unidade IPREM/CGB
6310.2021/0002070-5 - Concessão de pensão por morte: Perícia Médica
ASSUNTO: Perícia Médica para Isenção de Imposto de Renda

INTERESSADO: FOUAD JAMIL KHOURI

1 - À vista das informações e Laudo Médico sob documento SEI nº 069174863 **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 046070642.

2 - Publique-se.
3 - Retornar a esta Divisão para que seja realizado o cadastro de Isenção do IRRF em caráter definitivo, bem como invalidez para efeitos da Portaria 87/SMG/2017 de 15/08/2017.
4 - A seguir para Divisão de Base Cadastral para orientar o pensionista que o Laudo Médico estará disponível por 90 dias para retirada em **COGESS/EPIDEMIOLOGIA E INFORMAÇÃO/ DOCUMENTAÇÃO MÉDICA** das 10h às 16h.
6310.2021/0001746-1 - Concessão de pensão por morte: Perícia Médica
ASSUNTO: Perícia Médica para Isenção de Imposto de Renda

INTERESSADO: HUMBERTO CARLOS CASATI NETO

1 - À vista das informações e Laudo Médico sob documento SEI nº 069175213 **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 044532256.

2 - Publique-se.
3 - Retornar a esta Divisão para que seja realizado o cadastro de Isenção do IRRF em caráter definitivo , bem como invalidez para efeitos da Portaria 87/SMG/2017 de 15/08/2017.

4 - A seguir para Divisão de Base Cadastral para orientar o pensionista que o Laudo Médico estará disponível por 90 dias para retirada em **COGESS/EPIDEMIOLOGIA E INFORMAÇÃO/ DOCUMENTAÇÃO MÉDICA** das 10h às 16h.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GABINETE DO CONTROLADOR GERAL

Processo: 6067.2018/0016050-1
Interessada: Controladoria Geral do Município
Assunto: Reconsideração de despacho para excluir determinação de realização auditoria tendo em vista inexistência de indícios suficientes de irregularidades.
DESPACHO:

I. À vista dos documentos que instruem o presente, em especial a manifestação da Corregedoria Geral do Município em SEI 051927195 e 051612114, que acolho e passam a fazer parte integrante deste despacho, torno sem efeito o item IV do despacho de SEI 025669452, publicado no DOC de 06/02/2020.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E GESTÃO

COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO

DESPACHOS EXARADOS PELA PROCURADORA COORDENADORA GERAL DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO - SUBSTITUTA

SEI nº 6017.2022/0036752-6. – SF e PGM. – Bloqueio judicial em conta corrente da PMSP. – I - Em face dos elementos que instruem o presente, da manifestação da SF/SUTEM/DEFIN/DIDIS no doc. 066758520, do Departamento Judicial no doc. 068998236, e das providências da SAF/DOG, no doc. 069318572, à luz do disposto no Decreto nº 61.004/2022, da competência estatuída pelo artigo 19, inciso V, do Decreto nº 57.263/2016, e pela Portaria PGM.G nº 24/2017, AUTORIZO a emissão da Nota de Empenho e da Nota de Liquidação e Pagamento, onerando a operação especial 28.21.28.846.0000.0.038.3.3.90.91.00.00 do orçamento vigente, no valor de R\$ 18.269,78 (Dezoito mil, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos), referente ao bloqueio judicial ocorrido em conta corrente da PMSP, cujo beneficiário foi Geison Gonçalves dos Santos, CPF 370.275.028-28, conforme decisão judicial no processo 0019254-67.2018.8.26.0053 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

SEI nº 6017.2022/0031000-1. – SF e PGM. – Bloqueio judicial em conta corrente da PMSP. – I - Em face dos elementos que instruem o presente, da manifestação da SF/SUTEM/DEFIN/DIDIS no doc. 065170676, do Departamento Judicial no doc. 068861570, e das providências da SAF/DOG, no doc. 069293673, à luz do disposto no Decreto nº 61.004/2022, da competência estatuída pelo artigo 19, inciso V, do Decreto nº 57.263/2016, e pela Portaria PGM.G nº 24/2017, AUTORIZO a emissão da Nota de Empenho e da Nota de Liquidação e Pagamento, onerando a operação especial 28.21.28.846.0000.0.038.3.3.90.91.00.0 0 do orçamento vigente, no valor de R\$ 12.429,86 (Doze mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos), referente ao bloqueio judicial ocorrido em conta corrente da PMSP, cujo beneficiário foi Alex Sandro Porfírio Brandao, CPF 297.284.248-09, conforme decisão judicial no processo 0002277-79.2011.5.02.0015 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

SEI nº 6017.2022/0042416-3. – SF e PGM. – Bloqueio judicial em conta corrente da PMSP. – I - Em face dos elementos que instruem o presente, da manifestação da SF/SUTEM/DEFIN/DIDIS no doc. 068480096, do Departamento Judicial no doc. 068861304, e das providências da SAF/DOG, no doc. 069299178, à luz do disposto no Decreto nº 61.004/2022, da competência estatuída pelo artigo 19, inciso V, do Decreto nº 57.263/2016, e pela Portaria PGM.G nº 24/2017, AUTORIZO a emissão da Nota de Empenho e da Nota de Liquidação e Pagamento, onerando a operação especial 28.21.28.846.0000.0.038.3.3.90.91.00.00 do orçamento vigente, no valor de R\$ 1.060,99 (Um mil, sessenta reais e noventa e nove centavos), referente ao bloqueio judicial ocorrido em conta corrente da PMSP, cuja beneficiária foi Ana Lucia dos Santos, CPF 184.175.718-76, conforme decisão judicial no processo 0002318-36.2014.5.02.0049 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

COORDENADORIA GERAL DO CONSULTIVO

DESPACHOS DO COORDENADOR GERAL DO CONSULTIVO

6021.2022/0047154-6-KATHELEN SILVA DAS NEVES CONCEIÇÃO. Pedido administrativo de ressarcimento. Danos causados a motocicleta. Com base na competência conferida pelo art. 3º, I, do Dec. 57.739/17, e à vista dos elementos constantes do presente, em especial a manifestação da AJC, que acolho, **INDEFIRO** o pedido de indenização formulado pela Sra. **KATHELEN SILVA DAS NEVES CONCEIÇÃO.**

6042.2022/0001469-7-WILLIAN LOPES DE OLIVEIRA. Ressarcimento de dano. Com base na competência conferida pelo art. 3º, I, do Dec. 57.739/17, e à vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da AJC, que acolho, **INDEFIRO** o pedido de indenização formulado pelo Sr. **WILLIAN LOPES DE OLIVEIRA.** As razões para o indeferimento, constantes do parecer mencionado, podem ser consultadas no processo SEI 6042.2022/0001469-7.

6021.2022/0044783-1-GERALDINA VALENCIO FUKU-MOTO. Pedido administrativo de ressarcimento. Lesão causada por tombio em via pública. Com base na competência conferida pelo art. 3º, I, do Dec. 57.739/17, e à vista dos elementos constantes do presente, em especial a manifestação da AJC, que acolho, **INDEFIRO** o pedido de indenização formulado por Geraldina Valencio Fukumoto.

6021.2022/0046961-4-VANESSA TAVORA FRANCA. Requerimento de indenização.Buraco na via pública. Dano a veículo. Com base na atribuição a mim conferida pelo art. 3º do Dec. 57.739/17, e à vista dos elementos constantes do presente, em especial a manifestação da AJC, **INDEFIRO** o pedido de indenização formulado pelo interessado. A manifestação da AJC que fundamenta este despacho pode ser consultada pelo interessado no processo 6021.2022/0046961-4.

6021.2022/0045787-0-DANDARA ALVES ROLIM.Pedido administrativo de ressarcimento. Danos causados a veículo. Colisão com caminhão da EcoUrbis Ambiental S/A. Com base na competência conferida pelo art. 3º, I, do Dec. 57.739/17, e à vista dos elementos constantes do presente, em especial a manifestação da AJC, que acolho, **INDEFIRO** o pedido de indenização formulado pela Sra. **DANDARA ALVES ROLIM.**

DEPTO FISCAL - FISC

DEPARTAMENTO FISCAL DA P.G.M.- FISC. G
Despacho Autorizatório
SEI 6021.2022/0046803-0
DESPACHO Nº 1274/2022– FISC G

I - Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente as manifestações de FISC 2 (doc. 069493725), bem como a informação da Divisão de Contabilidade (doc. 069544629) - no uso das competências a mim conferidas pela Portaria PGM/CGGM nº 01/2016, com a redação dada pela Portaria PGM/CGGM n.º 01/2017, **AUTORIZO** a emissão de Nota de Empenho no valor de **R\$ 82,83 (oitenta e dois reais e oitenta e três centavos)**, onerando a dotação nº 21 .10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, conforme Nota de Reserva de recursos nº 51.699 sob documento nº 069544575, com vistas a promover o pagamento de diligência em nome da oficial de justiça, **Debora Regina Dias de Almeida, CPF 274.592.528-83**, realizada nos autos do processo judicial nº 1506507-55.2022.8.26.0090.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1213

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ENDERECO: RUA GENERAL JARDIM, 36
Processos da unidade SMS/CRS-N/AJ
DESPACHO:

I - Nos termos da Lei Federal n.º 8.666/1993 e da competência delegada pela Portaria Intersecretarial 01/05-SMS/SMSP/ SMG e Portaria nº 890/2013-SMS-G, atendendo solicitação da Assessoria Técnica de Planejamento, Avaliação e Acompanhamento, manifestação e providências da Gestão de Contratos desta CRS-NORTE e, ainda, manifestação da Assistência Jurídica, a qual acolho, como razão de decidir, **AUTORIZO** a prorrogação do Contrato de Locação do Imóvel de propriedade de **ADENICIO FRANCISCO DA SILVA**, CPF nº 804.789.808-68, representado por sua bastante procuradora, Senhora **FLÁVIA TOSTI**, inscrita no CPF n.º 264.110.888-70, sito à Rua Alberto Calix - nº 383 - Morro Doce - São Paulo/SP, onde se encontra instalada a UBS Morro Doce, pertencente à Supervisão Técnica de Saúde Piritubal/Perus, por um período de 12 (doze) meses, a partir de 20/09/2022, tendo sido emitido para o presente exercício a Nota de Reserva nº 1.199, onerando a dotação orçamentária nº 84.23.10.301.3003.2.520.3.3.90.36.00.00.

II - Em consequência, **AUTORIZO** a emissão da Nota de Empenho;

III - A seguir à Supervisão de Finanças/Contabilidade, para adoção das providências cabíveis, com posterior envio a A.J. para confecção do Termo Aditivo.

DRA. MARÍLIA ARRUDA DE OLIVEIRA MILLER
COORDENADORA SUBSTITUTA
CRS-NORTE
Processos da unidade SMS/CRS-C/SAF/CONCESSÃO-NÁRIA

(Pagamento por exceção)

I - À vista dos elementos constantes do processo administrativo eletrônico nº. 6018.2022/0039465-0, neste ato representado, pela sua Coordenadora a Sra. PAULETE SECCO ZULAR, RF: 609.085-1 pela competência a mim conferida pelo Decreto Municipal nº 59.685/2020 e suas posteriores alterações, com fundamento na Lei Municipal nº 13.278/02, e nos temos do Decreto Municipal nº 60.041/2020 **AUTORIZAR O PAGAMENTO POR EXCEÇÃO**, em favor da empresa **VR PRINT COMERCIO E SERVIÇOS DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA**, em virtude da empresa não possuir conta corrente aberta para o CNPJ da filial, a empresa venceu a licitação com CNPJ 23.830.923/0002-57 porém não tinha conta corrente aberta para o pagamento, portanto, em critério de exceção, autorizo o pagamento na conta corrente da matriz 23.830.923/0001-76.

Razão Social: VR Print Comercio E Servicos De Suprimentos Para Informatica Ltda

Nota de empenho nº 45.527/2022

Nota de Liquidação nº 127.923/2022

Valor R\$2.190,00 NF 172

Dados bancários para pagamento: Banco do Brasil, agência 2857-6 conta corrente 40.754-2 no CNPJ da matriz: 23.830.923/0001-76.

II - Encaminhe-se a Contabilidade para quitação

III - PUBLIQUE-SE.

Processos da unidade SMS/CRS-C/SAF/CONTRATOS (REEMBOLSO DE SEGURO)

I - À vista dos elementos constantes do Processo administrativo eletrônico nº 6018.2017/0001537-5, neste ato representado, pela sua Coordenadora a Sra. PAULETE SECCO ZULAR, RF: 609.085-1 pela competência a mim conferida pelo Decreto Municipal nº 59.685/2020 e pela Portaria nº 727/2018/SMS e suas posteriores alterações, em atenção à manifestação de AJ/CRS-C, que acolho com razões de decidir, com fundamento na Lei Municipal nº 13.278/02 e da Lei Federal 8.666/93, e na assertiva da Cláusula Décima do Contrato de Locação nº 003/ SP-SE/2004, juntado aos autos conforme doc SEI nº. 065793140 **AUTORIZAR** a emissão de Nota de Empenho, para cobrir as despesas referentes ao **reembolso do pagamento de seguro**, conforme comprovante de pagamento em doc. 069142596, no valor total de **R\$ 3.483,01** (três mil quatrocentos e oitenta e tres reais e um centavo), em benefício de LUIZ ARNALDO CASALI, portador do CPF/MF nº 030.668.518-34, na qualidade de locador, conforme Apólice de seguro nº 118364016304, inserida em doc. 069142507, com **vigência de 20/08/2022 a 20/08/2023**, para cobertura do imóvel situado a Rua Almirante Marques Leão, nº 684 e 686, sede da UBS NOSSA SENHORA DO BRASIL, conforme Nota de Reserva nº. 8444/2022, devendo onerar a dotação 84.28.10.301.3003.2.520.3.3.90.36.00.00.

II - Autorizo a emissão da Nota de Empenho no respectivo valor, bem como o cancelamento de eventual saldo de empenho não utilizado.

III - Publique-se;

IV - **Encaminha-se** a seguir a Contabilidade para as providências cabíveis.

PROCESSO: 6018.2022/0065728-7
PORTARIA Nº 567/2022-SMS.G
Altera a Portaria nº 2215/2016-SMS.G e dá outras providências

O Secretário Municipal da Saúde de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Código Sanitário do Município de São Paulo; no Decreto Municipal nº 50.079, de 07 de outubro de 2008, alterado pelo Decreto Municipal nº 57.486, de 1º de dezembro de 2016, que disciplina o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde:

Considerando a Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, e destes com pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado;

Considerando a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, entre outros;

Considerando a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 470, de 23 de fevereiro de 2021, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre os procedimentos para o recebimento de documentos em suporte eletrônico;

Considerando a Portaria 2215/2016 SMS.G, que estabelece os procedimentos necessários para o requerimento de inscrição no Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde – CMVS ou da Licença de Funcionamento Sanitária;

Considerando a Portaria CVS 01/2020, que disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária – Sevisa, o licenciamento sanitário dos estabelecimentos de interesse da saúde e das fontes de radiação ionizante, e dá providências correlatas;

Considerando a Instrução Normativa - IN 1, de 16-10-2020, que disciplina, no âmbito do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária - Sevisa, a renovação do licenciamento sanitário dos estabelecimentos classificados no CNAE 4693-1/00 Comércio Atacadista de Mercadorias em Geral, Sem Predominância de Alimentos ou de Insumos Agropecuários.

Considerando a Resolução CGSIM nº 59, de 12 de agosto de 2020, que Altera as Resoluções CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010; nº 48, de 11 de outubro de 2018; e nº 51, de 11 de junho de 2019.

Considerando a Portaria Conjunta Secretaria Municipal Da Fazenda – SF; Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia – SMIT; nº 28, de 09 de junho de 2020.

RESOLVE:

Art.1º Ficam incluídos os parágrafos 5º e 6º no Art. 5º da Portaria Secretária Municipal da Saúde – SMS nº 2.215 de 13 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

“§5º Os documentos constantes na solicitação podem ser assinados digitalmente por representante legalmente autorizada da empresa, com a utilização de certificados do tipo e-CNPJ ou e-CPF, emitidos por autoridades certificadoras reconhecidas pela Infraestrutura de Chaves-Públicas Brasileira - ICP/Brasil.

§6º Os documentos protocolizados em suporte eletrônico devem atender aos seguintes requisitos:

I - formato de arquivo PDF (Portable Document Format);
II - devem ser legíveis;
III - não devem ser editáveis.”

Art. 2º O artigo 7º da Portaria Secretaria Municipal da Saúde – SMS nº 2.215 de 13 de dezembro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Para fins de licenciamento sanitário, a pessoa física, possuidora de um único veículo para o transporte de alimentos, deve se formalizar como pessoa jurídica para desenvolver a atividade de (4930-2/01) – Transporte rodoviário de cargas – exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, ou a atividade de (4930-2/02) – Transporte rodoviário de cargas - exceto produtos perigosos e mudanças - intermunicipal, interestadual e internacional.”

Art. 3º Fica incluído o inciso III no parágrafo único do artigo 8º da Portaria Secretária Municipal da Saúde – SMS nº 2.215 de 13 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

“III - Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos, submetidos a processos iniciais como descascamento, desconchamento, remoção das partes não comestíveis.”

Art. 4º Ficam incluídos os parágrafos 4º e 5º no Art.9º da Portaria Secretária Municipal da Saúde – SMS nº 2.215 de 13 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

“§4º Fica instituída a utilização do formulário de Autoavaliação, por parte do responsável pelo estabelecimento, no ato de solicitação da Licença de Funcionamento Inicial ou da Alteração de Endereço, para as atividades enquadradas no anexo I desta portaria na situação “INSPEÇÃO PRÉVIA À LICENÇA – Autoavaliação”.

I - Considera-se Formulário de Autoavaliação a ferramenta utilizada pelo responsável do estabelecimento, com o objetivo de demonstrar à autoridade sanitária, através de análise documental, o atendimento aos requisitos sanitários, respondendo civil e criminalmente pelas informações apresentadas.

II – O Formulário de Autoavaliação servirá como uma ferramenta de análise de risco para o planejamento das ações da vigilância sanitária. Através de sua análise pela autoridade sanitária, a solicitação poderá ser deferida ou poderá motivar uma inspeção sanitária prévia ao licenciamento.

III – O deferimento da solicitação de através do Formulário de Autoavaliação não impede a autoridade sanitária de proceder com a inspeção sanitária a qualquer momento e, caso seja comprovado que o estabelecimento não cumpre a regulamentação sanitária, adotar as medidas administrativas cabíveis, de acordo com a legislação vigente.

§5º A Licença de Funcionamento Sanitária para exercício de atividade econômica sob responsabilidade de pessoa física é pessoal e intransferível. Esse tipo de licenciamento não comporta RT substituto.”

Art. 5º Fica incluído o Art. 9º-A na Portaria Secretaria Municipal da Saúde – SMS nº 2.215 de 13 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

“Art. 9º-A A empresa fornecedora de alimentos preparados preponderantemente para terceiros (CNAE 5620-1/01), que não dispõe de instalações próprias e se utiliza das instalações do estabelecimento contratante, é denominada contratada.

§1º A solicitação de Licença de Funcionamento Sanitária da contratada deve ser efetuada após a celebração do contrato de prestação de serviço.

§2º A Licença de Funcionamento Sanitária da contratada será emitida com seu CNPJ e razão social, e com endereço da empresa contratante.

§3º Quando a contratada prestar serviços em diferentes endereços, a Licença de Funcionamento Sanitária deve ser emitida com o CNPJ da filial e com endereço da empresa contratante.”

Art. 6º Fica incluído o Art.9-B na Portaria Secretaria Municipal da Saúde – SMS nº 2.215 de 13 de dezembro de 2016, com a seguinte redação:

Art.9-B. O Microempreendedor Individual – MEI está dispensado da licença de funcionamento sanitária.

§1º - O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CMEI é o documento hábil de registro e dispensa do licenciamento sanitário.

§2º – A dispensa de licenciamento sanitário não desobriga o MEI de cumprir com os requisitos estabelecidos pelo poder público relativamente ao funcionamento regular de sua atividade, compreendidos os aspectos sanitários.

§3º – Ao MEI apenas é permitido executar as ocupações definidas em normativas específicas.

Art. 7º Ficam incluídos os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º no Art.12 da Portaria Secretária